



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



ASSUNTO: ATA DA CLIV (154ª) ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2007.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e sete, às dezoito horas e quarenta minutos, no Auditório do IPREVILLE, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde em sua CLIV (154ª) Assembléia Geral Ordinária, sob a presidência da Sra. Ana Maria Groff Jansen. Estavam presentes: Paulo Fernando Vieira, Paulo Roberto Furlaneto, Marlene Bonow Oliveira, Marileia Gastaldi Machado Lopes, Mary Lane Angelo, Tarcísio Crócomo, Beatriz Schumacher, Josue Fernandes, Pedro Jorge C. Morales, Nilza Cristina L. Afonso Valor Gonçalves Wilhelmsen, Deise Gomes, Jeovane Nascimento do Rosário, Laércio Batista Júnior, Tânia Maria Crescêncio, Lila Gerusa N. P. Abreu, Nelson Renato Esteves, Cátia Mendes Ramthum, Marcia Regina G. Gugelmin, Narcizo Schaeffer Feijó, Mônica Rodrigues Leite Cortez, Isolde da Costa, Arodi Francisco de Oliveira, Sônia João Antunes, Nilse Victória Gomes, Ana Alves dos Santos, Lindomar Spindola de Oliveira, Antonio Coelho, José Laércio Escodel, Maria Isolete Tavares, Eliar Pottmaier, Idalécio Tobias Benk, Germano Koch, Ildo Ceccato, Angelina Sombrio, Nilton G. Meurer, Osmar José Pereira, Rosinete Fátima F. Neto, Terezinha Amorim de Castro, Osni Leopoldo Batista, Ivone Schelbauer, Suelen Cássia Cordeiro, Maria Conceição B. Altrak, Nadir Zermiani, representantes da AJOS, cinco conselheiros locais de saúde e servidores da Secretaria Municipal de Saúde. A pauta estava assim constituída: **1- EXPEDIENTES E INFORMES.** **1.1** Comunicados diversos; **1.2** Aprovação das Atas das Assembléias Gerais Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de 28.08.06, 27.11.06, 11.12.06 e 29.01.07; **1.3** Apresentação e aprovação da pauta da reunião. **2- ORDEM DO DIA.** **2.1** Votação de Pré-Projeto para Aquisição de mobiliário, materiais e equipamentos permanentes para a Clínica da DOR, com conclusão total desta obra no Hospital Municipal São José. **2.2** Votação de Pré-Projeto para Ampliação do Ambulatório Escola do Hospital Municipal São José. **2.3** Apresentação e aprovação do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de 2006 - (Apresentação da Avaliação do Pacto de Atenção Básica 2006 e Prestação de Contas do 4º trimestre da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (outubro, novembro e dezembro de 2006), em conformidade com a Lei Federal n.º 8.689 de 27 de julho de 1993). **3- ASSUNTOS DIVERSOS.** A Presidente do Conselho abriu a reunião e passou a palavra a Secretária Executiva, Marly, que fez a leitura dos Expedientes e Informes. **1-EXPEDIENTES E INFORMES:** **1.1.1-** Dia 12.03.07 haverá a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Saúde para Apresentação da proposta revisada do Plano Plurianual 2008 da Secretaria Municipal de Saúde; **1.1.2** – Entrega aos conselheiros da “Carta dos Direitos dos Usuários” e “Painel do SUS”. **1.1.3-** Ofícios recebidos do Fundo Nacional de Saúde informando sobre a liberação de recursos financeiros para o município: 2890, 75, 220, 280, 2655, 273, 3067, 3151, 3454, 3825, 4157, 4311, 4404, 177, 511, 968, 1230, 18160, 18480; **1.1.4-** Ofício 017/07 SECMS de 23.02.07 da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, informando que o conselheiro Narcizo Schaeffer Feijó é o novo Coordenador da Comissão de Assuntos Internos; **1.1.5-** Ofício 012/07 GR-SC de 22.02.07 da UNIVILLE, informando que o Prof. Pedro Jorge C. Morales é o novo representante daquela instituição junto ao Conselho Municipal de Saúde, em substituição ao Prof. Gilmar Erzinger. **1.1.6-** Ofício 140/07 de 12.02.07 da Maternidade Darcy Vargas, encaminhando seu Relatório de Atividades do mês de janeiro de 2007; **1.1.7-** Ofício 008 GUACA/PETI de 09.02.07 da Secretaria de Bem Estar Social, solicitando um representante do Conselho Municipal de Saúde para compor a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil. Foi aprovada a indicação do conselheiro Osni Leopoldo Batista. **1.1.8-** Correspondência da conselheira Terezinha Amorim de Castro justificando sua ausência na reunião do Conselho Municipal de Saúde de 12.02.07, em virtude de problema de família, a qual foi aprovada por maioria dos conselheiros. **1.1.9-** Correspondência da



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



conselheira Maria C. B. Altrack de 12.02.07, justificando sua ausência na Assembléia Geral Ordinária de 29.01.07, por motivo de problema com a família e sem condições de deslocar-se. Justificativa esta aprovada por maioria dos conselheiros. **1.10-** Ofício 060/07 de 26.02.07 do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, justificando a ausência dos representantes daquela instituição na reunião extraordinária do Conselho de 12.02.07, por encontrar-se em reunião convocada pela Secretaria Estadual de Saúde, a qual foi aprovada por maioria dos conselheiros. **1.11-** Ofício do Conselho Local de Saúde do Aventureiro I datado de 07.02.07, solicitando à Secretaria Municipal de Saúde, um local próximo àquela Unidade de Saúde, para atendimento à população da área de abrangência. A Plenária, por maioria de seus conselheiros, aprovou, a sugestão da Presidente, pelo encaminhamento do ofício à Secretaria Municipal de Saúde e, posterior informação ao Conselho Municipal de Saúde. **1.12-** Correspondência do Sr. Douglas Calheiros Machado, enfermeiro, solicitando parecer do Conselho quanto ao entendimento em relação a pertinência das proposições modificativas apresentadas pelos representantes dos Poderes Executivos Estaduais quanto ao Projeto de Lei Complementar (PLP-1/2/2003 – de autoria do Deputado Roberto Gouveia -PT/SP. Enfermeiro Douglas solicitou que o Conselho fizesse um ofício se posicionando, politicamente, a respeito do assunto para envio ao Congresso Nacional. A Presidente fez um breve esclarecimento sobre a Emenda Constitucional 29 e sugeriu a criação de uma comissão com três ou quatro conselheiros para analisar as propostas. Aprovada, por maioria dos conselheiros, a participação das conselheiras Rosinete Fátima Ferreira Neto, Terezinha Amorim de Castro, Suelen Cácia Cordeiro e do enfermeiro Douglas Calheiro Machado. **1.13** GP100/07 do Hospital Municipal São José de 26.02.07, informando que as conselheiras Jocelita Cardozo Colagrande e Luisa Helena Jordan estarão ausentes às reuniões da Comissão de Assuntos Internos e do Conselho Municipal de Saúde, por estarem participando de curso promovido pelo Hospital Municipal São José no período de 26.02 à 11.03.07. **1.14-** Recebimento de duas propostas dos Conselhos Locais de Saúde Floresta e Vila Nova Rural, respectivamente, que deveriam ser consolidadas pelo Conselho Municipal de Saúde, conforme ofício encaminhado aos Conselhos Locais de Saúde, com vistas a contribuições para a Agenda Municipal de Saúde 2006-9. Sugerida pela Presidente, a apreciação e análise das propostas pela Secretaria Municipal de Saúde para apresentação posterior no Conselho Municipal de Saúde. Aprovada, por maioria dos conselheiros, a sugestão da Presidente. **1.15-** Ofício 007/07 de 09.02.07 da Comissão de Elaboração do Código de Conduta, solicitando a indicação de três conselheiros para completar a Comissão. Não havendo três conselheiros disponíveis a participar, a Presidente colocou que para encerrar os trabalhos referentes ao Código de Conduta precisaria da participação de, pelo menos, um conselheiro para compor a Comissão que faria a revisão do referido Código. A conselheira Terezinha Amorim de Castro se propôs a participar, cuja indicação foi aprovada pelos conselheiros presentes. **1.16-** Aprovação Atas das Assembléias Gerais Ordinárias do Conselho Municipal de Saúde de 28.08.06, 27.11.06, 11.12.06 e 29.01.07. Foram aprovadas por maioria dos conselheiros presentes. O conselheiro Escodel questionou quanto o encaminhamento dado à questão dos Residentes do Hospital Municipal São José, referenciada na Ata de 28.08.07. Este assunto havia sido encaminhado para a análise da Comissão de Assuntos Externos do Conselho Municipal de Saúde, conforme a Presidente. **2- ORDEM DO DIA: 2.1 e 2.2** são assuntos excluídos da Ordem do Dia, em razão de que as conselheiras representantes do Hospital Municipal São José estavam ausentes, participando de um curso, lembrou a Presidente. Questionou aos conselheiros se havia algum assunto a incluir nos assuntos diversos. Foi aprovada a inclusão de três assuntos: 1- esclarecimento quanto a situação dos Pronto Atendimentos 24 Horas pela conselheira Marlene; 2- situação que estava ocorrendo na Unidade do Parque Joinville pela Sra. Zoe; 3- reclamação do Posto Bakitas pela Sra. Paula. A



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



Secretária da mesa diretora do Conselho apresentou o novo funcionário da Secretaria Executiva, Edenelson Pereira. Passou-se aos assuntos de pauta. **2.3-Apresentação e aprovação do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de 2006 (Apresentação da Avaliação do Pacto de Atenção Básica 2006 e da Prestação de Contas do 4º trimestre da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde (outubro, novembro e dezembro de 2006), em conformidade com a Lei Federal n.º 8.689 de 27 de julho de 1993).** A Sra. Marileia iniciou colocando que apresentaria a Prestação de Contas do 4º trimestre e o Consolidado do ano e o Dr. Molina apresentaria o Relatório de Gestão-Indicadores de Saúde. Sra. Marileia iniciou com a apresentação das receitas dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2006, dos repasses da Prefeitura Municipal, o orçamento e o recebido e as despesas orçamentárias, que compreendiam despesas com pessoal, material de consumo, serviço de terceiros, equipamentos e materiais permanentes, despesas com Hospitais, Clínicas e Laboratórios, transferências feitas para os Hospitais, Clínicas e Laboratórios e, por último, apresentou a situação financeira do Fundo Municipal de Saúde. Terminada a apresentação da Prestação de Contas do 4º trimestre, Sra. Marileia disse que estavam com os credores totalmente equilibrados. "Estamos recebendo mais do que orçamos". O conselheiro Osmar perguntou como ficava a diferença entre o orçamento e o recebido. Segundo a Secretária, fica acumulada para recursos da Gestão, para ser utilizado de acordo com os programas. Acrescentou que não era dinheiro que havia sobrado, mas recursos dos programas. Exemplificou citando o PA do Aventureiro e a Unidade do Ademar Garcia, cujo recurso pode ser utilizado para complementar as obras. A Presidente Ana Maria questionou quanto as transferências de convênios do Estado, se o "Orçado e o Executado" se referia ao ano. Segundo a Secretária, sim, ao consolidado. Ana questionou quanto ao recurso recebido no ano no valor de R\$ 1.547.333,00, se estaria ali contemplado todo o recurso líquido. Colocou que estavam errados aqueles números, pois em 2006 o estado repassou dois milhões somente para o Complexo Ulisses Guimarães, mais a verba de um milhão e meio para os equipamentos da Neurologia. A conselheira Rosinete também questionou os números. Sra. Marileia pediu para o Sr. Vilson, Contador, fazer alguns esclarecimentos. Este relatou que os dados eram do ano e que a conselheira Ana tinha razão, faltava ali R\$ 1.003.000,00 no mês de maio que havia entrado na coluna de convênios da União, o que não influiu no valor total, completou. A conselheira Rosinete colocou que o Hospital Regional é referência na região. Questionou de que forma os municípios estavam contribuindo para pagar as despesas de custeio no Hospital Municipal São José. Tudo que é pactuado na mesa da Bipartite e envolve atendimento, exames, cirurgias, é pago, disse a Sra. Marileia. Rosinete questionou qual era a autonomia do Hospital Municipal São José, como prestador e sendo ele uma autarquia, não tinha como cobrar das cidades vizinhas, ou buscar o repasse de verbas referentes aos procedimentos realizados em Joinville. A Secretária disse que o Hospital São José tinha autonomia limitada dentro da gestão, era negociada a produção de cada hospital. A conselheira Odete perguntou porque o "orçado" era maior do que o recebido. Segundo Sr. Vilson, esses valores são aproximados. Disse que como o orçamento era feito um ano antes, baseava-se no valor fixo e todo ano este fixo tinha uma correção que não se sabia qual era. Falou que a Secretaria do Tesouro Nacional, que organiza a contabilidade pública, publicou uma Portaria que permite contabilizar a receita por regime de competência. "Eu produzi, eu posso contabilizar". "Até então era regime de caixa, eu só podia contabilizar receita se eu tivesse a entrada do dinheiro". "O que num balanço, distorce bastante". Disse que qualquer empresa privada vai considerar receita na hora do seu faturamento, não considera só quando ela recebe. Acrescentou que quando já tem os valores publicados pelo Fundo Nacional de Saúde, por competência, já se podia considerar a receita, e os valores que não estão publicados, não era possível orçar. Exemplificou conforme planilha da situação financeira: Disponível + realizável. Disponível era o que tinha em caixa e realizável era aquilo que iria receber, que era o valor de R\$ 6.298.161,00 já publicado no Fundo Nacional de



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



Saúde. Aquela era a garantia de que iria receber aquele valor. Disse ainda que na consolidação geral da saúde, os valores vão se encontrar. Ana pediu esclarecimento quanto a Portaria de 2002. Esta estava sendo operacionalizada atualmente. Segundo Vilson, já foi feito com a Gestão Plena em 2005 e em 2006 foi ampliado, pois sempre tinha que se ter o cuidado de saber o valor que iria ser contabilizado, o valor contabilizado tinha que ser empenhado no Ministério. Ana então enfatizou que a Gestão Plena, no valor de R\$ 4.600.000,00 já estava funcionando assim desde 2005. Os demais não foram feitos em 2005, estavam sendo feitos em 2006. Questionou se no momento em que for consolidado é tirado o mês de janeiro. Vilson disse que de certa forma, sim, as despesas também são contabilizadas por competência, foi gasto para atender. A Secretária, ao observar o esvaziamento da plenária, colocou que era preciso iniciar a apresentação dos indicadores de saúde e colocou a disposição dos conselheiros, que tivessem interesse mais detalhado nas contas, poderiam se dirigir à Secretaria da Saúde. Vilson colocou que a Contabilidade Pública foi durante muito tempo um instrumento para cumprir a legislação e os balanços não representavam muita importância. O Sistema do Tesouro Nacional, a partir da Lei de Responsabilidade Fiscal, estava se empenhando em melhorar a contabilidade pública. "Cada vez mais, a Contabilidade passa a mostrar a realidade do Sistema Público". "Está havendo uma evolução do sistema contábil", acrescentou Vilson. Sra. Marileia sugeriu que seria interessante na capacitação dos conselheiros apresentar as normas gerais de contabilidade pública. O conselheiro Escodel questionou como estava a pactuação de média e alta complexidade. A Secretária respondeu que a demanda era sempre maior do que a esperada, o município de Joinville é município polo, quanto mais se especializa, mais gente virá para cá. "Logicamente temos que nos ressarcir na mesa de programação da Bipartite em Florianópolis". "A realidade é muito maior do que podemos absorver", completou. Seria necessário investir em educação para saúde. O município tinha que ser muito bom em Atenção Básica, disse. Poderiam buscar mais através do CIS AMUNESC, da Regionalização, do Consórcio, mas talvez não fosse o suficiente. Colocou que quanto as especialidades médicas, o conselheiro tinha razão, era preciso incrementar. Agradeceu ao conselheiro e iniciou a apresentação do Consolidado 2006. O Sr. Vilson fez uso da palavra para esta apresentação. Disse que era somente uma outra forma de apresentar as receitas, que era pelas grandes fontes de recursos. Apresentou as receitas e despesas realizadas no ano, os valores das transferências para os hospitais, Clínicas e Laboratórios e a situação financeira do Fundo Municipal de Saúde. Em seguida, o Dr. Marco Antonio Molina apresentou o Pacto de Atenção Básica 2006. Apresentou os eixos estabelecidos pelo Ministério da Saúde: 1- Redução das Desigualdades em Saúde; 2 - Ampliação do Acesso com a Qualificação e Humanização da Atenção; 3- Redução dos Riscos e Agravos; 4- Reforma do Modelo de Atenção; 5- Aprimoramento dos Mecanismos da Gestão, 6- Financiamento e Controle Social. A conselheira Rosinete questionou as justificativas no primeiro e segundo gráficos quanto a implantação do teste da orelhinha no início do ano e porque não foi atingida a meta referente aos exames realizados pelo Laboratório Municipal. Segundo Dr. Molina disse que poderia ter sido um mês de férias de funcionários, ou a questão da sobrecarga de exames solicitados no período, a questão dos aparelhos, uma série de variáveis. A conselheira Terezinha questionou em sendo obrigatório o teste da orelhinha, como ainda haviam crianças que saíam dos hospitais sem realizar o exame. Dr. Molina esclareceu que existe uma legislação e que o próprio usuário é quem deveria fazer a denúncia. Sra. Zoe, moradora do bairro Aventureiro interrompeu a apresentação para colocar que estava aguardando a muito tempo para colocar a situação da Unidade de Saúde do Aventureiro e que caso não pudesse apresentá-la naquele momento, não poderia mais aguardar. A Secretária Marileia sugeriu o atendimento da Sra. Zoe e da Sra. Paula na Secretaria de Saúde, no dia seguinte. Sra. Zoe disse que haviam feito um abaixo assinado que apresentariam naquela semana ao Conselho Local de Saúde. Ana, a Presidente sugeriu que encaminhassem o documento à Secretaria Municipal de Saúde e uma cópia ao Conselho. Deu-



Sistema Único de Saúde
Secretaria Municipal
da Saúde de Joinville



se prosseguimento à reunião. Segundo Rosinete a Portaria Ministerial 1101 e a consulta pública 1 estabelece 1,36 consultas habitante/ano. Considerando, segundo ela, que 70% da população utiliza a rede básica SUS, necessitaria a oferta de 0,95 consultas nas especialidades básicas por habitante/ano. Questionou se nos números apresentados, 0,99 estavam sendo incluídas as consultas feitas pelos médicos do PSF. Segundo Dr. Molina, sim. Quanto ao gráfico sobre exames especializados de ultrassografia, Sra. Marlene esclareceu que existe um equipamento no PAM-Boa Vista, mas havia uma dificuldade de contratação de profissional especializado para realizar o exame. Já estavam contratando um profissional. Apesar do adiantado da hora, a Presidente colocou a necessidade de apresentar o 5º eixo. Rosinete questionou quanto tempo o município espera, em média, para estar recebendo o resultado dos óbitos para uma informação mais precisa. Segundo Molina, não há um tempo específico. "Espera-se em um menor tempo possível". Depende do tempo que leva para investigação de cada caso, se em Joinville ou em outro município, acrescentou ele. Rosinete lembrou que em relação à taxa de internações por doença diarreica aguda, houve dois óbitos. Questionou se isto se deveria a falta de educação em saúde. Dr. Molina disse não acreditar que seria falta de educação em saúde, pois a Unidade de Atenção Básica trabalhava com as mães a questão de higiene e dos cuidados no pré-natal. Quanto a proporção de partos cesários, referente aos dados apresentados sobre a Unidade Hospitalar Unimed e o Hospital e Maternidade D. Helena, Rosinete colocou se não seria necessário pedir justificativa aos Hospitais sobre os números. Segundo Dr. Molina não existe nenhuma legislação que obrigue o Hospital a fazer cesárea ou parto normal. Quanto a média mensal de visitas domiciliares por família, Dr. Molina disse que foi pactuado 0,22, com 150 mil famílias em Joinville e estavam ofertando 0,34 de visitas. Rosinete colocou que os dados estavam conflitantes com aqueles apresentados na Atenção Básica. Solicitou sua presença quando da discussão do assunto na Comissão de Assuntos Internos. Após o término da apresentação e devido ao adiantado da hora, foi aprovado o encaminhamento do Relatório de Gestão da Secretaria Municipal de Saúde de 2006 (Apresentação da Avaliação do Pacto de Atenção Básica 2006 e Prestação de Contas do 4º trimestre da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde para análise e parecer da Comissão de Assuntos Internos. Quanto à solicitação da Sra. Marlene referente à inclusão do assunto sobre a situação dos Pronto Atendimentos, ficou para apresentação na próxima reunião de 12 de março. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, eu, Marly, lavrei a presente Ata, que vai por todos assinada.